



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Universidade Federal
de Ouro Preto



Ana Clara Ribeiro da Conceição

**EDUCAÇÃO DE MULHERES GESTANTES E LACTANTES PRIVADAS DE
LIBERDADE: A OFERTA DA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PRISIONAIS
FEMININAS NO SUDESTE BRASILEIRO**

Mariana

2026

Ana Clara Ribeiro da Conceição

**EDUCAÇÃO DE MULHERES GESTANTES E LACTANTES PRIVADAS DE
LIBERDADE: A OFERTA DA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PRISIONAIS
FEMININAS NO SUDESTE BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Regina Magna Bonifácio de Araújo.

Prof. da Disciplina: Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos

Mariana

2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Clara Ribeiro da Conceição

Educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade: a oferta da educação em instituições prisionais femininas no sudeste brasileiro

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de pedagoga

Aprovada em 04 de fevereiro de 2026

Membros da banca

Dra. Regina Magna Bonifácio de Araújo - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto

Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Dra. Regina Magna Bonifácio de Araújo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/02/2026



Documento assinado eletronicamente por **Regina Magna Bonifacio de Araujo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/02/2026, às 20:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1054356** e o código CRC **314C0AAC**.

Para todas as mães.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata aos meus pais por terem batalhado tanto por mim, sem seus esforços e carinhos eu não teria conseguido ficar longe por muito tempo. Mas, enfatizo minha mãe, porque com seu amor eu consegui entender e escrever sobre maternidade. Agradeço a Francisco, meu companheiro de vida, pela paixão e o apoio por toda minha graduação. À Vitória, Gustavo e Richard, mesmo que a saudade esteja em nossos caminhos, sei que torcem por mim. Aos meus amigos que fiz e me acompanharam em minha jornada, Giovanna, Maria Roberta, Nadderson, Luísa, Jade, Joana, Cláudio, João, Cauã, Victor, Xisto, Lucas, Simone e Nayara. Expresso minha gratidão especialmente para Gabrielly e Samara, que foram minhas aliadas em sala de aula e agora em profissão. Aos animais que fiz amizade durante esses quatro anos, Videl, Athena, Findislide, Bóris, Atlas, Lady e Mariana. Agradeço também à minha orientadora Regina Magna Bonifácio de Araújo pelo seu apoio, por me apresentar Annie Ernaux e me fazer lembrar do porquê escolhi ser educadora. Por fim, agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto pelas oportunidades, experiências e as histórias que estarão para sempre em minhas memórias.

RESUMO

No Brasil, a educação é um direito para todos e todas, conforme previsto na Constituição Federal, e um dever do Estado. Este artigo tem como objetivo analisar a oferta de educação de mulheres gestantes e lactantes em privação de liberdade nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. A pesquisa de cunho bibliográfico/qualitativo/documental se baseou em artigos publicados entre 2015 à 2025, também em dados coletados sobre a garantia do acesso à educação que foram realizados em sites oficiais de cada estado do sudeste. Do mesmo modo, a investigação analisou quatro projetos educativos oferecidos em quatro instituições prisionais femininas de cada estado, com ênfase para o público de gestantes e lactantes. Os resultados encontrados revelam que há uma invisibilidade nas discussões sobre a educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade, também há poucas pesquisas sobre a temática que será abordada neste trabalho.

Palavras-chave: Maternidade; Educação de Jovens e Adultos; Mulheres privadas de liberdade; Educação no sistema prisional.

ABSTRACT

EDUCATION OF PREGNANT AND BREASTFEEDING WOMEN DEPRIVED OF LIBERTY: The Provision of Education in Female Prison Institutions in Southeastern Brazil

In Brazil, education is a right guaranteed to all; therefore, this study aims to analyze the provision of education for pregnant and breastfeeding women deprived of liberty in the states of São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, and Espírito Santo. This research adopts a bibliographic, qualitative, and documentary approach, based on articles published between 2015 and 2025. In addition, data regarding the guarantee of access to education were collected from official websites of each state in the Southeast region of Brazil. Likewise, the investigation analyzed four educational projects offered in four female prison institutions in each state, with an emphasis on pregnant and breastfeeding women. The results reveal an invisibility in the dissemination of educational opportunities for pregnant and breastfeeding women deprived of liberty, as well as a scarcity of studies addressing this topic.

Keywords: Motherhood; Youth and Adult Education; Women Deprived of Liberty; Prison Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Penitenciárias Femininas de São Paulo.....	21
Tabela 2 - Centro de Progressão Penitenciária de São Paulo.....	22
Tabela 3 - Centros de Ressocialização em São Paulo.....	22
Tabela 4 - Instituições Prisionais no Rio de Janeiro.....	23
Tabela 5 - Instituições Prisionais em Minas Gerais.....	24
Tabela 6 - Instituições Prisionais no Espírito Santo.....	25
Tabela 7 - Descritores do VII Seminário de Pesquisa em Prisão Internacional.....	27
Tabela 8 - Artigos escolhidos do VII Seminário de Pesquisa em Prisão Internacional.....	28
Tabela 9 - Descritores da Scielo.....	30
Tabela 10 - Artigos escolhidos da Scielo.....	31
Tabela 11 - Descritores da ANPED (GT-18).....	31
Tabela 12 - Artigos escolhidos da ANPED (GT-18).....	32
Tabela 13 - Site Tribunal da Justiça e SEJUSP de Minas Gerais.....	33
Tabela 14 - Site Tribunal da Justiça e SEJUSP de São Paulo.....	34
Tabela 15 - Site Tribunal da Justiça e SEJUSP do Rio de Janeiro.....	34
Tabela 16 - Site Tribunal da Justiça e SEJUSP do Espírito Santo.....	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. APORTE.....	16
2.1 SEÇÃO 1 - Aporte Legal.....	16
2.2 SEÇÃO 2 - Aporte Teórico.....	18
2.3 SEÇÃO 3 - Aporte Empírico.....	20
3. METODOLOGIA.....	26
4. ANÁLISE DO QUE FOI ENCONTRADO.....	27
4.1 Projetos Educativos em Unidades Prisionais Femininas.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6. REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade socioeconômica e de gênero influenciam diretamente no acesso à escolaridade, com isso, restringem oportunidades de trabalho e aprendizado. Esta questão afeta principalmente mulheres jovens no Brasil, que têm sua infância e adolescência roubadas. Assim, o que resta para esse grupo marginalizado, na maioria dos casos, é uma vida cercada de violência. Onofre e Julião (2015) afirmam que pessoas historicamente marginalizadas e privadas de direitos básicos só se tornam visíveis à sociedade ao serem criminalizadas.

A canção *9nha* de Emicida e Drik Barbosa (2019) apresenta uma relação entre o rapper e uma arma de fogo, de uma forma poética relata suas primeiras experiências de uma notoriedade que antes não era visto pela sociedade. Essa realidade a qual as mulheres são submetidas produz uma tendência em fazê-las sofrer e gerar violência, entrando para a criminalidade, porque dessa maneira, esse grupo social encontra uma oportunidade de ter visibilidade.

Para Souza e Nonato (2017) a escolarização é o retorno de um direito que foi negado e reencontrado diante do contexto prisional, já que essa é uma possibilidade de prosseguir os estudos. Para que a detenta se insira novamente ao convívio social é preciso que haja projetos de ressocialização, como educação e trabalhos que são direitos essenciais para que a comunidade prisional, e de uma forma emancipadora, consiga planejar um projeto de vida pessoal e profissional após o retorno da liberdade.

A educação e o trabalho são elementos fundamentais para a ressocialização das mulheres. Segundo Lucena e Irland (2016), é essencial que haja um projeto educativo na prisão que articule educação escolar, formação profissional e trabalho, ampliando as oportunidades de aprendizagem. Os autores também destacam a importância de considerar as especificidades de gênero na relação entre educação e reinserção social. Muitas mulheres privadas de liberdade buscam o trabalho e a Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional como forma de mudar suas trajetórias e melhorar o futuro de seus filhos. Portanto, o retorno à escolarização para detentas está frequentemente ligado a vínculos afetivos, ao desejo de oferecer melhores condições à família e ao crescimento pessoal e profissional.

Pesquisar sobre a escolarização de mulheres gestantes e lactantes em privação de liberdade é fundamental, porque contribui e oferece dados para o campo de pesquisa da Educação de Jovens Adultos no contexto prisional. Além disso, também é necessário a compreensão das especificidades e vulnerabilidades que as mães aprisionadas encontram nesta realidade, tendo em vista a maternidade no presídio e a importância da escola na vida

dessas detentas. A gravidez e o puerpério são momentos em que a identidade singular da mulher se transforma em dois, as prioridades que antes eram apenas individuais são reajustadas para o desenvolvimento do filho. Agora, a maternidade ocupa grande espaço em sua identidade provocando mudanças profundas no emocional e no corpo dessa mulher, principalmente em mães de primeira viagem (Piccinini et al, 2008).

A pesquisa “Juventude Encarcerada: Elementos para entender a educação de jovens em privação de liberdade no estado de Minas Gerais” foi iniciada em setembro de 2023 e ofertada pela Universidade Federal de Ouro Preto, com a orientação da Professora Regina Araújo e participação do Professor Francisco Martins da Universidade Estadual de Minas Gerais, eu fui selecionada como bolsista da Iniciação Científica.

Eu fui criada na zona norte de São Paulo e minha residência era próxima ao local do antigo presídio do Carandiru que hoje em dia se tornou um lindo parque, cresci frequentando essa área de lazer e ouvindo as histórias violentas que apavoraram a cidade. Meu pai é repórter-fotográfico e já trabalhou nos jornais mais importantes do estado de São Paulo, ele foi um dos profissionais que estavam presentes durante a tragédia na Casa de Detenção de São Paulo, precisou entrar para fotografar os corpos dos detentos que foram assassinados de uma forma injusta e violenta.

Até então, eu não tinha tido contato e estudado sobre a EJA no contexto prisional, mas me interessei pela temática porque durante o meu crescimento eu costumava ouvir histórias dos presídios e acredito que a educação transforma a realidade social dos jovens privados de liberdade. Enquanto pesquisava sobre educação no sistema prisional, aproveitei para solicitar a transferência de núcleo para a EJA do antigo Programa da Residência Pedagógica em que fazia parte, para eu poder ter minhas primeiras experiências com esta modalidade da educação básica.

Também me matriculei na matéria de Educação de Jovens e Adultos ofertada pela professora Regina Araújo, durante as aulas me juntei ao grupo de seminário sobre educação na prisão porque estava pesquisando o conteúdo e poderia contribuir para a formação dos meus colegas de classe. Um dos alunos atuava como professor de artes no presídio masculino de Mariana e sugeriu que o grupo aplicasse uma atividade de jogos teatrais para esta turma da EJA, com o intuito de visitar e conhecer uma sala de aula em uma instituição prisional.

O professor de artes comunicou algumas regras sobre vestimenta para a entrada do grupo na prisão, não podíamos usar nenhuma roupa preta, estampa militar ou vermelha, porque o uniforme dos detentos é da cor vermelha, não era permitido usar nenhum acessório e as mulheres eram obrigadas a estar com os cabelos presos. Ao entrar, a apresentação do

documento de identificação era de extrema importância, foi informado para nós que não era permitido o uso de celulares e a entrada de canetas. Com essas informações estabelecidas, passamos pelo detector de metais e entramos no presídio masculino da cidade de Mariana. Lembro que os policiais não foram receptivos com os alunos da universidade e muitas vezes fomos vistos como incentivadores de rebeliões.

A sala de aula era bem pequena, tendo apenas uma parede para dividir a turma da EJA anos iniciais e anos finais, notamos que a estrutura continha poucos recursos e uma única estante de livros diversos que haviam sido doados. Os três alunos da EJA entraram logo em seguida e formavam uma fila com dois policiais que os guiavam, todos estavam algemados e com o rosto olhando para baixo. Aquele foi o meu primeiro contato com estes alunos, a forma que eles não olharam para nós me incomodou porque sei que aquela simples atitude tinha traços de uma violência.

O grupo do seminário da EJA propôs uma oficina para a matéria de artes, todas as atividades propostas tinham a oposição ao ensino tradicional, privilegiando o diálogo e todas as dinâmicas foram realizadas em roda. No primeiro momento fizemos o jogo das palmas usado no teatro para aquecer o corpo e deixar os alunos mais à vontade com nossa presença. Em seguida, fizemos uma roda para se apresentar e utilizamos perguntas para conhecer o outro, como: Nome, idade, de onde vem, comida preferida, estilo musical que mais gosta, hobby/passatempo preferido e uma memória.

A intenção era de aproximação entre os alunos da EJA do sistema prisional e alunos de licenciatura, e do mesmo modo ser um momento de humanização à essas pessoas privadas de liberdade valorizando experiências da vida além da criminalização. Esta dinâmica foi memorável para mim porque tive uma troca significativa com todos que estavam presentes através de interações com lembranças, acredito que ao compartilhar memórias e experiências de vidas com outras pessoas o sentido de empatia prevalece.

No terceiro momento, o grupo exibiu o clipe musical “Diário de um detento” de Racionais MC’s com a letra impressa para que os alunos pudessem acompanhar a poesia através do rap, em seguida o professor de artes apresentou um vídeo do canal “Meteoro Brasil” sobre a história de alguns cantores de rap e a vivência deles dentro do sistema prisional, debatemos com os alunos da EJA sobre o que tínhamos acabados de assistir e refletimos sobre o sujeito em privação de liberdade, foi uma experiência de comoção entre os presentes.

Para finalizar nosso encontro, o professor sugeriu a construção de um acróstico na lousa e pediu a participação de todos a partir do que foi abordado em sala de aula. As

seguintes palavras surgiram: Igualdade, Dignidade, Equidade, Renovação, Transformação, História, Ódio, Amor, Descoberta, Esperança e Identidade, debatemos sobre o sentido das palavras escolhidas. Durante a nossa última interação com os alunos, um deles se mostrou mais empolgado com a aula e disse para nós que aquele foi o dia mais especial que teve nos últimos anos.

Essa vivência durante a minha graduação em Pedagogia colaborou com a minha iniciação científica e entender sobre o aluno que está em privação de liberdade, essa experiência também contribuiu para a minha formação como docente e me fez ter um olhar mais carinhoso com os meus alunos.

Em março de 2024, eu e a professora Regina Araújo fomos convidadas pela sua orientanda de mestrado para visitar o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade na cidade de Vespasiano em Minas Gerais. A única unidade prisional do estado exclusiva apenas para as detentas gestantes e lactantes, a instituição acolhe a mulher privada de liberdade quando está grávida e prossegue até o bebê completar um ano de idade.

Ao chegar no local fomos recebidas pelas agentes penitenciárias e a pedagoga, nós tivemos uma recepção muito acolhedora por todas as profissionais e com um café esperando pela nossa chegada, neste momento discutimos sobre a realidade social daquelas famílias e compreendemos que certos casos as detentas enfrentam dificuldades em relação a maternidade.

Fiquei impressionada com a estrutura desta unidade prisional porque totalmente diferente do presídio masculino que visitei em Mariana, o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade não tinha celas e as detentas podiam andar livremente pela instituição com o propósito de cuidar dos bebês, a pedagoga relatou que as mães privadas de liberdade se ajudavam com o zelo de seus filhos e com essa humanização muitas delas aceitaram a maternidade.

Durante a nossa visita conhecemos a sala de aula, diferente do presídio de Mariana, também não tinha celas e permitia o livre acesso das detentas, me chamou a atenção por ter uma estrutura adequada para essas alunas. A pedagoga relatou para nós a rotina escolar das estudantes, a aula é apenas no horário da manhã porque as igrejas frequentam o período da tarde, a EJA dos anos iniciais e ensino médio são oferecidas nesta unidade prisional.

Percorrendo em minhas memórias, lembro da horta que as próprias mães cuidavam no tempo livre e a ida à biblioteca que a pedagoga em colaboração com as detentas são responsáveis pelos livros. Conversamos sobre os projetos pedagógicos oferecidos dentro da unidade prisional e o dia dia das mães que vivem nessa realidade, fiquei encantada e curiosa

com o Projeto Lili - Literatura Livre oferecida pela UFMG como atividade de remição de pena para essas detentas, com o objetivo de estimular o hábito de leitura através da educação popular planejada para a realidade social dessas alunas.

Após a nossa profunda conversa sobre o contexto escolar e falta de certas políticas públicas para as gestantes e os recém nascidos dentro desta circunstância, me incomodou saber que esses bebês são esquecidos pelo Estado porque vivem de doações e eu considero que de uma forma também são punidos pelos crimes de suas mães. Durante a conversa, eu reconsiderarei que a educação é uma maneira de mudar a realidade de vida dessas famílias.

O papel da igreja é fundamental para o funcionamento desta unidade prisional porque executam projetos e doações para as mães e os bebês, acolhendo essas famílias com o propósito que elas tenham esperança em relação ao futuro. As instituições religiosas são questões para mim porque em vários casos não concordo do jeito que excluem determinados indivíduos, quero relatar que para mim ter fé é essencial para a nossa esperança e em nenhum momento eu pretendo discriminhar qualquer religião porém, as visitas que as igrejas fazem nesta unidade prisional me fez refletir e repensar minhas concepções.

Nos momentos finais com a pedagoga da instituição, ela relatou que as detentas têm o costume de pedir para imprimir letras de músicas para entregar aos seus companheiros e nos mostrou os trabalhos das alunas. Fiquei comovida com essa unidade prisional exclusivamente para gestantes e lactantes, principalmente por priorizar o vínculo mãe-bebê que é de extrema importância para a fase do puerpério e no aleitamento materno. Eu escolhi pesquisar sobre a educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade porque acredito que a educação é capaz de mudar a realidade dessas famílias. Nana Queiroz (2015, pg. 19) cita que:

É fácil esquecer que mulheres são mulheres sob a desculpa de que todos os criminosos devem ser tratados de maneira idêntica. Mas a igualdade é desigual quando se esquecem as diferenças. É pelas gestantes, os bebês nascidos no chão das cadeias e as lésbicas que não podem receber visitas de suas esposas e filhos que temos que lembrar que alguns desses presos, sim, menstruam.

Este trecho retirado de seu livro “Presos que menstruam” revela a desigualdade de gênero no sistema prisional, que destaca mulheres privadas de liberdade durante a gestação que são inviabilizadas e retiradas dos seus direitos. Ao pesquisar sobre educação de mulheres gestantes e lactantes no sudeste brasileiro, o presente trabalho de conclusão de curso busca uma forma de trazer justiça e dignidade para este grupo de alunas nas investigações de estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Este trabalho também pretende trazer cuidado e dar visibilidade para este grupo de mulheres, as pesquisas ajudam no reconhecimento da temática em questão, também tem como objetivo contribuir para o debate acadêmico e social sobre os direitos educacionais no presídio. Este documento contém os seguintes tópicos: Aportes, Metodologia, Análise do Conteúdo Encontrado, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

2. APORTES

2.1 SEÇÃO 1 - Aporte Legal

A educação é um direito de todos, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1988, e está previsto no artigo 37, que “a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos Ensinos Fundamental e Médio na idade própria e constituirá instrumento para a Educação e a Aprendizagem ao Longo da Vida”.

A Educação de Jovens e Adultos é destinada à Educação Básica, para cidadãos que não tiveram acesso à escola convencional no passado e retornam, ou que iniciam seus estudos com o objetivo de melhores oportunidades de trabalho ou dar continuidade aos estudos em ensino superior. A EJA oferece duas modalidades: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para o E.F com alunos a partir de 15 anos de idade que não concluíram os anos iniciais e tendo duração média de dois anos e meio. No entanto, o Ensino Médio é oferecido para os alunos maiores de 18 anos que não completaram essa etapa final da educação básica com o tempo de conclusão de até 18 meses.

De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) no art. 83, a instituição prisional deverá conter áreas e serviços para a assistência ao detento, como educação e trabalho. O art. 10 reforça que é dever do Estado oferecer educação, formação profissional e orientar o retorno à convivência do sujeito privado de liberdade. Nos artigos 17 e 21 determinam que a assistência educacional envolve a instrução escolar do detento e cada instituição prisional deve equipar o seu espaço com uma biblioteca. Portanto, é dever do Estado oferecer assistência educacional às pessoas privadas de liberdade, incluindo instrução escolar, formação profissional e acesso a bibliotecas.

As Resoluções CNCP n° 3/2009 e CNE n° 2/2010 estabeleceram diretrizes para a oferta da EJA no sistema prisional, integrando a educação como política de direitos humanos. A Lei nº 12.433/2011 alterou a legislação para permitir a remição de pena por meio da educação ou do trabalho. Em 2009, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.942/2009 que garante o acompanhamento médico de mulheres gestantes e lactantes em privação de liberdade, além de estabelecimentos prisionais adequados para que as condenadas tenham um local apropriado para amamentar e cuidar de seus filhos até no mínimo seis meses de idade.

O Ministério da Educação divulgou em 2025 os Planos Estaduais e Distrital de Educação nas Prisões para o ciclo de 2025-2028, os documentos foram elaborados por todos os estados brasileiros e o distrito federal com a participação das secretarias de educação, com o objetivo de promover a oferta da EJA nas instituições prisionais e combater o analfabetismo. Este trabalho de conclusão de curso analisou os planos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade do Sistema Prisional de São Paulo (2025) prevê ampliar ofertas de vagas na educação escolar na modalidade da EJA, o documento também tem como objetivo expandir a oferta ao acesso para o ensino superior dos alunos matriculados com parceria de faculdades públicas e privadas. Outra meta fundamental é promover projetos que estimulem a leitura, clubes de livros como programas de remissão de pena. O plano busca aumentar a participação de exames estaduais e nacionais, e também propor expandir a educação não formal nas instituições prisionais.

No estado do Rio de Janeiro, o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (2025), foi elaborado pela SEEDUC em parceria com a SEAP com o objetivo de garantir o direito à educação e reintegração social alinhando com as diretrizes da EJA. As metas do documento são a ampliação da EJA, oferecer a educação em todas as unidades prisionais do estado, promover programas que incentivam a leitura, estimular a participação em exames nacionais, ofertar a educação não escolar, investir em infraestrutura escolar e promover a formação continuada dos profissionais de educação.

As metas do Plano Estadual de Educação em Prisões de Minas Gerais (2024) são ampliar a alfabetização e a escolarização da EJA, promover a participação em exames de certificação, expandir e investir a educação profissional, incentivar projetos de valorização à leitura e aprimorar a infraestrutura em espaços educativos nas instituições prisionais.

O Plano Estadual de Educação nas Prisões do Espírito Santo (2024) tem como meta ampliar o acesso e a permanência do aluno privado de liberdade na EJA, como nos planos dos outros estados, este documento também tem como meta promover a participação em exames de certificados, expandir a educação profissional, promover programas de leitura, promover a formação continuada de professores e melhorar a infraestrutura de espaços educativos.

2.2 SEÇÃO 2: Aporte Teórico

O referencial teórico deste documento fundamenta-se em estudos e artigos que discutem sobre a Educação de Jovens e Adultos ofertada a mulheres privadas de liberdade, o retorno de um direito que antes havia sido negado. Essas discussões são fundamentais para a análise proposta neste trabalho sobre a educação de gestantes e lactantes porque possibilitam uma leitura crítica do fenômeno investigado posteriormente.

No artigo de Souza, Nonato e Fonseca (2020) aborda que há avanço na garantia do direito à educação em unidades prisionais para mulheres privadas de liberdade, porém identifica-se que existem barreiras da escolarização diante deste contexto, como a frequência escolar das alunas na sala de aula e o trabalho. Os autores relatam que (pg. 825):

Os trâmites processuais que interferem no acesso e na continuidade de estudos, a suspensão temporária da frequência à escola como medida punitiva, a incompatibilidade de horários de trabalho e escola, a tensa relação entre a opção pelo trabalho e a opção pelo estudo, a restrição ao acesso à Educação com base no lugar de reclusão, duração da pena e/ou a categoria de segurança.

Dessa forma, Souza, Nonato e Bicalho (2017) realizaram uma pesquisa investigativa em quatro instituições prisionais femininas que oferecem a EJA para a ressocialização das detentas, apenas um presídio há um projeto de pedagógico próprio para estabelecer as diretrizes para o funcionamento da escola, enquanto nas outras três a cidadania e o direito à educação são excluídos para as mulheres privadas de liberdade.

Nos últimos anos houve um aumento significativo na população carcerária feminina, por consequência, o número de alunas matriculadas na Educação de Jovens e Adultos também apresentou um acréscimo. Dessa forma, Cunha (2010) realiza uma pesquisa investigativa no Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara, para a autora a prisão é uma instituição de criminalização da pobreza, portanto a reeducação das detentas só será consolidada quando extinguir com a lógica capitalista que exclui sujeitos da sociedade. A pesquisadora também afirma que a educação para este público deve desconstruir o sexism e integrar as necessidades das mulheres privadas de liberdade.

A educação e trabalho são programas fundamentais para a ressocialização de mulheres encarceradas, Lucena & Ireland (2016) refletem que os projetos educativos articulando com educação escolar, formação profissional e trabalho no espaço da instituição prisional são essenciais para ampliação de conhecimentos e oportunidades para as detentas. As especificidades do gênero são consideradas na análise de educação dessas alunas da EJA, os

autores também defendem que o retorno ou o ingresso à escolarização estão relacionados à mudança de trajetória de vida após o retorno da liberdade. O retorno da escolarização na instituição prisional é uma realização para as detentas, sendo uma conquista à um direito que antes havia sido negado.

Para a compreensão da investigação que irá ser explorada, a pesquisa se baseia em autores como Paulo Freire (2011) que defende a educação como uma prática de liberdade que visa despertar a consciência crítica de sujeitos oprimidos, reconhecendo a opressão aplicada pela sociedade neoliberal para a transformação da realidade.

Considerando Freire diante ao contexto da educação no ambiente privado de liberdade, o processo educativo neste cenário pode contribuir não só por meio da ressocialização, mas favorecendo para que os alunos detentos compreendam a opressão enfrentada durante a transformação social junto com a escolarização. Julião e Onofre (2013, pg. 55) defendem que

Para o homem privado de liberdade, a relação presente-passado-futuro é fundamental em qualquer programa educativo que se lhe apresente. É o cotidiano que revela as bases sobre o que é possível, mas não deixa de trazer embutido o passado, como memória e incorporação de vivências. Sua expectativa de futuro é algo que deve ser também considerada, e a educação pode oferecer condições para que ele possa conviver, no presente, com diferentes circunstâncias, sabendo a hora de mostrar-se ou esconder-se, de falar ou de calar, de proteger-se para sobreviver

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) a educação é um direito para todos os cidadãos. Com isso, Julião e Onofre também defendem em seu artigo que a educação deve ser oferecida em todos os espaços, mas não como um programa compensatório, e sim como um sistema educacional. Por se tratar de um direito, a oferta precisa ter qualidade para que o aluno inserido no contexto prisional obtenha sua emancipação e promover sua vida após retornar a liberdade, como continuar os estudos ou ter oportunidades de trabalho.

A pesquisa feita por Abreu, Santos, Fernandes e Noronha (2023) no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade em Vespasiano relata que a maternidade no contexto prisional é marcada por desafios únicos, impactando na esfera social e emocional das mães em instituição prisional. Por isso, a situação do regresso da escolarização de gestantes e lactantes privadas de liberdade está relacionada à mudança de trajetória após a saída da prisão com condições e planejamentos para a saída do mundo criminal, projetando um caminho melhor para a mãe e o bebê.

2.3 SEÇÃO 3: Dados de Educação no Sistema Prisional

No primeiro momento, antes de adentrar nas linhas gerais do sistema prisional brasileiro, é preciso compreender e ressaltar a diferença entre prisão, presídio e penitenciária para entender os dados encontrados, todos os três termos possuem caráter jurídico e institucional. A definição de prisão é uma situação legal reconhecida por lei de um sujeito que pode ocorrer em diversas fases do processo penal e não necessariamente tendo vínculo à um espaço físico, sendo o ato de confinar alguém. Já o presídio é um lugar onde o detento aguarda o julgamento, podendo ser um preso provisório. Já as penitenciárias são locais onde os sujeitos privados de liberdade cumprem penas em regime fechado após o julgamento.

De acordo com Michel Foucault (2014) em seu livro “Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão” aborda sobre a origem do sistema punitivo, afirmando a punição como mecanismo de controle dos corpos, e evidenciando como as relações de poderes se filtram no cotidiano social. Para Alfredo, Aleixo e Alves (2024) o sistema prisional brasileiro é uma estrutura organizada e administrada pelo governo para a detenção e punição de indivíduos que cometem crimes.

O Tribunal de Justiça é um órgão do Poder Judiciário e é responsável por julgar processos de segunda instância. A SEJUSP é a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública com o propósito de executar políticas públicas na área dos direitos humanos. Este documento contém informações retiradas de sites oficiais do Tribunal de Justiça e do SEJUSP de cada estado do sudeste do Brasil.

Para obter as informações e dados da pesquisa, foi feito um recorte de unidades prisionais femininas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, para compreender a educação e projetos educativos nas instituições prisionais exclusivas para gestantes e lactantes. Durante a minha investigação, consegui localizar as instituições prisionais femininas do sudeste brasileiro e quais unidades oferecem a EJA como oferta para a ressocialização das detentas, também obtive as informações do Qedu para os resultados do SAEB 2023 e sites oficiais de cada estado.

Dados de Educação em Unidades Prisionais Femininas

Tabela 01: PENITENCIÁRIAS FEMININAS - SÃO PAULO

UNIDADE PRISIONAL	OFERTA DA EJA NA INSTITUIÇÃO	ESCOLA RESPONSÁVEL	RESULTADOS DA SAEB 2023
Penitenciária Feminina - Campinas	SIM	Escola Estadual Guido Segalho	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
Penitenciária Feminina - Mogi Guaçu	SIM	Escola Estadual Ângela Maria da Paixão Costa	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
Penitenciária Feminina Sandra Aparecida Lario Vianna	SIM	Escola Estadual Dr. Alfredo Pujol	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
Penitenciária Feminina - Ribeirão Preto	SIM	Escola Estadual Professora Glete de Alcântara	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
Penitenciária Feminina Sant'Ana - São Paulo	SIM	Escola Estadual Professor Antônio Lisboa	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
Penitenciária Feminina I Santa Maria Eufrásia Pelletier - Tremembé	SIM	Escola Estadual Comendador Teixeira Pombo	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
Penitenciária Feminina II - Tremembé	SIM	Escola Estadual Comendador Teixeira Pombo	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
Penitenciária Feminina - Tupi Paulista	SIM	E.E Jacinto Pernas Gomato	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
Penitenciária Feminina Oscar Garcia Machado - Votorantim	SIM	Escola Estadual Evilaúzio de Goes Vieira	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 02: CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - SÃO PAULO

UNIDADE PRISIONAL	OFERTA DA EJA NA INSTITUIÇÃO	ESCOLA RESPONSÁVEL	RESULTADOS DA SAEB 2023
CPP Feminino Dra. Marina Marigo Cardoso De Oliveira - Butantã/São Paulo	SIM	E. E. Prof. Lourival Gomes Machado	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 03: CENTROS DE RESSOCIALIZAÇÃO - SÃO PAULO

UNIDADE PRISIONAL	OFERTA DA EJA NA INSTITUIÇÃO	ESCOLA RESPONSÁVEL	RESULTADOS DA SAEB 2023
CR Feminino - Araraquara	SIM	E.E. Prof. Victor Lacorte	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
CR Feminino Carlos Sidnes De Souza Cantarelli - Piracicaba	SIM	Sem Resultados	Sem Resultados
CR Feminino - Rio Claro	SIM	E.E. Barão De Piracicaba	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023
CR Feminino - São José Do Rio Preto	SIM	Escola Estadual Professor Doutor João Deoclécio da Silva Ramos	Esta escola não tem dados disponíveis para os resultados da Saeb - 2023

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 04: INSTITUIÇÕES PRISIONAIS - RIO DE JANEIRO

UNIDADE PRISIONAL	OFERTA DA EJA NA INSTITUIÇÃO	ESCOLA RESPONSÁVEL	RESULTADOS DA SAEB 2023
Instituto Penal Djanira Dolores De Oliveira - Rio De Janeiro	Sem Resultados	Sem Resultados	Sem Resultados
Penitenciária Talavera Bruce - Rio De Janeiro	NÃO	Não Existe	Não Existe
Presídio Nilza Da Silva Santos - Campos Dos Goytacazes	SIM	Sem Resultados	Sem Resultados
Instituto Penal Oscar Stevenson - Rio De Janeiro	SIM	Sem Resultados	Sem Resultados
Unidade Materno Infantil (Umi) - Rio De Janeiro	Sem Resultados, Mas Foi Encontrado A Oferta De Uma Creche Para As Crianças	Escola Infantil Maria Miguelito (Sem Resultados Para EJA)	Sem Resultados
Instituto Penal Santo Expedito - Rio De Janeiro	SIM	Sem Resultados	Sem Resultados

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 05: INSTITUIÇÕES PRISIONAIS - MINAS GERAIS

UNIDADE PRISIONAL	OFERTA DA EJA NA INSTITUIÇÃO	ESCOLA RESPONSÁVEL	RESULTADOS DA SAEB 2023
Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto - Belo Horizonte	SIM	Escola Estadual Estevão Pinto	Sem Resultados
Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade - Vespasiano	SIM	Sem resultados, porém a SEJUSP de Minas Gerais é responsável pela instituição	Sem Resultados
Presídio Feminino - Caxambu	SIM	Escola Estadual Anísio Esaú dos Santos	Sem Resultados
Presídio Feminino - Timóteo	SIM	Centro de Educação Integrada (CMEI/EJA)	Sem resultados
Anexo Feminino Eliane Betti - Juiz de Fora	Sem resultados	Sem resultados	Sem resultados

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 06: INSTITUIÇÕES PRISIONAIS - ESPÍRITO SANTO

UNIDADE PRISIONAL	OFERTA DA EJA NA INSTITUIÇÃO	ESCOLA RESPONSÁVEL	RESULTADOS DA SAEB 2023
Centro Prisional Feminino de Cariacica (CPFC)	SIM	E.E.E.F. Nelson Mandela	Sem resultados
Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim (CPFCI)	SIM	E.E.E.F Professora Inah Werneck	Sem resultados
Centro Prisional Feminino de Colatina (CPFCOL)	SIM	E.E.E.FM Lions Club	Sem resultados

Fonte: Elaborado pela autora.

Estes dados da oferta de educação de unidades prisionais femininas nos estados do sudeste do Brasil mostram que a maioria das instituições oferecem a EJA, porém não foi encontrado nenhum resultado do SAEB de 2023, uma avaliação externa oferecida pelo INEP para medir a qualidade da educação básica. Portanto, não há evidências sobre a eficiência do ensino destes locais, dificultando a coleta de dados para este grupo de mulheres.

3. METODOLOGIA

A proposta do trabalho está fundamentada em uma pesquisa de cunho bibliográfico/qualitativo/documental, que se debruçou sobre os dados produzidos e disponibilizados pelo Estado de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro quanto a garantia do direito à educação de mulheres gestantes e lactantes em privação de liberdade, bem como um apanhado de produções teóricas, conceituais e outras pesquisas correlatas que possam servir de alicerce para as análises pretendidas.

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é constituída por etapas diferentes para a organização da investigação: escolha do tema, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise da interpretação e redação. Com bases nessas informações do autor para a minha elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso, foi criado três tópicos para a organização de dados e a questão norteadora a ser respondida: A primeira etapa da pesquisa bibliográfica é o motivo da escolha pessoal do tema e a pergunta a ser investigada, para assim, dar início ao ponto de partida para a elaboração do processo de desvendar as questões refletidas.

O segundo tópico foi o mais importante para a minha reflexão porque é com ela que, nós pesquisadores, procuramos fontes e informações essenciais para o tema de investigação que foi abordado, identificamos e coletamos dados em autores bibliográficos, o meu objetivo foi decifrar meus questionamentos a partir dos artigos e obras que estudei e consultei. Com isso, fiz planilhas de todas as plataformas e fontes para a facilitação da coleta de dados da observação: Título do trabalho, universidade publicada, ano da publicação do artigo, autor, palavras-chave, objetivo do texto, metodologia, colaboradores e resultados encontrados (pequeno resumo), com essas informações organizadas, o caminho da realização da pesquisa se tornou mais fácil para sua elaboração.

Este trabalho também fundamenta-se em Gil sobre pesquisa documental. Para o autor, este tipo de pesquisa é parecida com a bibliográfica, a diferença são as fontes usadas para a elaboração da análise final. Os materiais que podem ser usados ainda não possuem um tratamento analítico e o pesquisador tem a capacidade de analisar os documentos com outras interpretações. Este estudo também investigou suas fontes em sites oficiais do Tribunal de Justiça dos estados do sudeste brasileiros e matérias em veículos jornalísticos de credibilidade. Com a primeira etapa já finalizada, com as opiniões dos autores enraizados em mente, eu como pesquisadora complementei minha pergunta respondendo em forma de escrita, como o artigo, usando as fontes como referencial.

4. ANÁLISE DO QUE FOI ENCONTRADO

Eu realizei buscas de artigos sobre a temática que pretendo investigar em plataformas de pesquisas científicas. Examinei três plataformas: VII Seminário de Pesquisa em Prisão Internacional, ANPED (GT-18) e a Plataforma Scielo, buscando e priorizando trabalhos sobre educação de mulheres gestantes e lactantes em privação de liberdade.

Na plataforma do evento científico VII Seminário de Pesquisa em Prisão Internacional de 2023: Busca feita no dia 17/07/2025.

Tabela 07: DESCRIPTORES (VII Seminário de Pesquisa em Prisão Internacional).

GRUPOS DE TRABALHO	RESULTADOS
GT03 e 06: Ato infracional e sistema socioeducativo.	11 resultados .
GT08. Diálogos sobre Gênero, cárcere e sistema de justiça criminal: os efeitos primários e secundários do encarceramento sobre as mulheres.	7 resultados.
GT19. O Direito à Educação em Espaços de Privação de Liberdade.	7 resultados.
GT26. Violência institucional, gênero e super encarceramento de mulheres no Brasil	5 resultados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 08: ARTIGOS ESCOLHIDOS (VII Seminário de Pesquisa em Prisão Internacional).

GRUPO DE TRABALHO	TÍTULO DO ARTIGO E AUTOR(ES)	OBJETIVO
GT03 e 06.	Socioeducação, gênero e violência. Mariana Nicolau (UFRJ).	O artigo analisa o punitivismo e a violência institucional de gênero no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, com foco na única unidade feminina do DEGASE. A pesquisa evidencia a reprodução de desigualdades de gênero, apesar da existência de ações voltadas à promoção da diversidade sexual e da igualdade de gênero.
GT08.	ADPF 347: Um Estudo Sobre A Construção De Políticas Públicas Para As Mulheres Grávidas Em Situação De Cárcere No Brasil. Mariana Chaves (UNEB), Beatriz Araújo (UNEB).	A pesquisa analisa a ADPF 347 para entender como garantir direitos básicos a mulheres grávidas e mães presas, evidenciando o abandono, as condições precárias das prisões e a falta de apoio especializado. Defende ações conjuntas entre os poderes para proteger essas mulheres.
GT08.	Gestantes, lactantes e puérperas privadas de liberdade: rotina de sobrevivência no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade em Vespasiano-MG. Júlia Catarine (UFMG), Victória Matias (UFMG), Paula Fernandes (UFMG), Nayara Noronha (UFMG).	O trabalho investiga a rotina de mulheres gestantes, lactantes e puérperas presas no Centro de Referência de Vespasiano-MG, usando diários de campo do projeto “LiLi”. A pesquisa identifica quatro sintomas do abandono: a prisão em si, a falta de unidades específicas, a retirada dos filhos até um ano de idade e a ruptura do vínculo mãe-filho. Esses fatores agravam o isolamento, fragilizam os laços familiares e impactam a saúde mental dessas mulheres.
GT19.	Educação e cultura: os paradoxos da educação em uma unidade prisional feminina em Juiz de Fora/Minas Gerais. Milene Silva Rosa Pereira (UEMG), Maria Cristina da Silva (UEMG).	A pesquisa, de abordagem qualitativa, é desenvolvida no PPGE da UEMG, com apoio da FAPEMIG, e analisa a instituição escolar no contexto prisional feminino em Juiz de Fora-MG. O primeiro capítulo aborda as prisões no Brasil; o segundo, o percurso teórico-metodológico e os desafios do

		estudo. Está em fase de análise de dados do SENAPPEN e SEJUSP, além de entrevistas com profissionais da área pedagógica da prisão. O objetivo é contribuir para reflexões sobre a educação em penitenciárias femininas e sua cultura escolar.
GT19.	REMIÇÃO POR LEITURA: práticas educativas na busca da efetiva reinserção social de apenados Michele Sampaio da Silva	O texto aborda os desafios da educação no sistema prisional e discute o aprimoramento da política de remição de pena pela leitura, prevista na Resolução nº 391/2021 do CNJ. A partir de experiências exitosas, o estudo propõe sugestões para tornar essa política mais eficaz e destaca a importância da qualificação profissional dos apenados para a reinserção no mercado de trabalho e a redução da reincidência criminal.
GT26.	Os artigos publicados não são compatíveis com a minha pesquisa.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Biblioteca digital Scielo: Busca feita no dia 17/07/2025 com as seguintes palavras-chaves:

Tabela 09: DESCRIPTORES (Scielo).

PALAVRAS-CHAVE	RESULTADOS
Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade.	0 resultados.
Educação na prisão.	3 resultados.
Educação para pessoas com privação de liberdade.	0 resultados.
EJA no sistema prisional.	0 resultados.
Prisão e Educação.	18 resultados.
Educação e Sistema Prisional.	6 resultados.
Educação no presídio feminino.	1 resultado.
Presídio Feminino e EJA.	0 resultados.
Prisão Feminina e escola.	0 resultados.
Escolarização e Presídio feminino.	0 resultados.
Escolarização e Prisão Feminina.	1 resultado.
Projetos educativos em presídios femininos.	0 resultados.
Projetos educativos de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade.	0 resultados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 10: ARTIGO ESCOLHIDO (Scielo).

TÍTULO DO ARTIGO, AUTOR(ES) E ANO	OBJETIVO
Educação e o sistema prisional: Percepção das mulheres privadas de liberdade. Maria do Horto Salles Tiellet e Ana Luiza de Araújo da Silva. 2023.	O estudo revela que mulheres presas em Cáceres-MT veem a educação como uma esperança de mudança. Mais do que reduzir a pena, elas valorizam a escolarização e os cursos como formas de melhorar suas vidas após a prisão.

Fonte: Elaborado pela autora.

Também realizei a busca de trabalhos publicados pela ANPED (GT-18) que acontece a cada 2 anos e com o recorte temporal de 10 anos.

Tabela 11: DESCRIPTORES (ANPED - GT18).

ANO	RESULTADOS/TRABALHOS SUBMETIDOS
2025	1 resultado.
2023	11 resultados.
2021	não foi encontrado nenhum trabalho submetido.
2019	não foi encontrado nenhum trabalho submetido.
2017	17 resultados.
2015	23 resultados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 12: ARTIGO ESCOLHIDO (ANPED-GT18).

TÍTULO DO ARTIGO, AUTOR(ES) E ANO	OBJETIVOS
Educação Em Prisões – Uma Cartografia Do Cotidiano Escolar Entre “Grades”. Adonias Sousa de Oliveira (UFPA) e Willian Lazaretti da Conceição (UFPA). 2023.	O artigo não foi disponibilizado.
EJA em Contexto De Privação De Liberdade: Saberes Potencializados Pelo Olhar Etnomatemático. Maria Cecília De Castello Branco Fantinato e Claudia De Jesus Meira. 2015.	O artigo não foi disponibilizado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Durante a busca por trabalhos sobre o meu tema de pesquisa, foi notado que essas plataformas de pesquisa não possuem muitos estudos sobre a questão que pretendo investigar. Investigar a educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade no sudeste brasileiro traz evidência à temática pouco explorada nos estudos de educação.

Após a investigação por artigos acadêmicos em biblioteca digital e em eventos científicos para obter o meu referencial teórico determinei também pelo caminho de pesquisa em sites oficiais do Tribunal da Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. O presente estudo foi feito no dia 22/12/2025 com o objetivo de localizar e analisar tudo sobre a oferta de educação em presídios e penitenciárias femininas do sudeste brasileiro, com ênfase em instituições prisionais exclusivas para gestantes e lactantes.

Tabela 13: Sites oficiais do Tribunal da Justiça e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

MINAS GERAIS	
SITE: Tribunal da Justiça de Minas Gerais	SITE: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais
Não foi encontrada nenhuma informação sobre a oferta de educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade.	A SEJUSP de Minas Gerais é responsável pelo sistema socioeducativo e o PPP (Parceria-público-privada) implementando um projeto educativo digital de duas unidades masculinas com o acompanhamento pedagógico contínuo. Também foram localizados outros projetos educativos formulados para o mercado de trabalho do adolescente privado de liberdade.

Fonte: Elaborada pela autora.

As informações neste site são apenas direcionadas ao público jovem masculino privado de liberdade. A SEJUSP de Minas Gerais é responsável pelo Centro de Referência Gestante Privada de Liberdade em Vespasiano - MG, e eu somente sei dessa informação porque tive a oportunidade de conhecer a unidade prisional e conhecer a pedagoga do local, não foi identificado nenhum conteúdo sobre a educação nesta instituição.

Tabela 14: Sites oficiais do Tribunal da Justiça e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de São Paulo.

SÃO PAULO	
SITE: Tribunal da Justiça de São Paulo	SITE: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de São Paulo
Não foi encontrada nenhuma informação sobre a oferta de educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade.	A página da internet publicou a oferta de Educação Pública do Corpo de Bombeiro da PMESP entre a comunidade paulista e bombeiros educadores. O objetivo do programa é conscientizar danos ambientais e patrimoniais através de atividades educativas.

Fonte: Elaborada pela autora.

A educação de pessoas privadas de liberdade não é mencionada e divulgada em ambos os sites oficiais, ao meu entendimento, é como uma invisibilidade à esse público. Refletindo sobre o grupo de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade, pode existir um certo “apagamento” em relação à oferta de projetos educativos divulgados em páginas governamentais do estado de São Paulo.

Tabela 15: Sites oficiais do Tribunal da Justiça e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO	
SITE: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	SITE: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Rio de Janeiro
O site mostra a oferta de escolas com cursos relacionados à área do direito. Porém, não foi encontrada nenhuma informação sobre a oferta de educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade.	Nenhum resultado sobre educação de pessoas privadas de liberdade, principalmente gestantes e lactantes.

Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados de pesquisa em ambos os sites foram insatisfatórios em relação à divulgação de informações sobre educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade. Como nos sites oficiais de São Paulo, eu acredito que no Rio de Janeiro também existe um certo apagamento em relação à divulgação e oferta de educação para esse público do meu estudo.

Tabela 16: Sites oficiais do Tribunal da Justiça e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Espírito Santo.

ESPÍRITO SANTO	
SITE: Tribunal de Justiça do Espírito Santo	SITE: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Espírito Santo
Foi encontrada a divulgação de um projeto de corrida no Centro Prisional Feminino de Cariacica, as reeducandas podem sair da unidade prisional para correr pelas ruas. O projeto tem como objetivo contribuir para a qualidade de vida das detentas. Em 2014 foi publicado no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo um projeto para promover a convivência familiar das presidiárias no berçário na mesma unidade prisional.	Nenhum resultado sobre educação de pessoas privadas de liberdade, principalmente gestantes e lactantes.

Fonte: Elaborada pela autora.

Apesar de ter encontrado duas informações sobre projetos educativos para mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade, os dois programas foram divulgados antes da pandemia do COVID-19, é notório que nos últimos anos não houve uma divulgação da educação no sistema prisional. Em 2026 não há informações relevantes em ambos os sites sobre a educação no cárcere para o público feminino no geral.

4.1 Projetos Educativos em Unidades Prisionais Femininas

Durante a busca por educação de gestantes e lactantes privadas de liberdade, a minha investigação levou a projetos educativos que são realizados em instituições prisionais com propósito para a ressocialização das detentas. Este documento pretende analisar quatro projetos educativos que foram realizados em quatro unidades prisionais femininas na região sudeste do Brasil, a escolha da instituição baseou-se em locais destinados exclusivamente para gestantes e lactantes.

Na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista em São Paulo, tendo a E.E Jacinto Pernas Gomato como a escola responsável pela gestão da sala de aula da instituição, foi ofertado o projeto “Café com Gestante” com a participação da Defensoria Pública de São Paulo no dia 08/10/2025. O projeto se tornou um evento com o tema do dia das crianças, a palestra em forma de roda de conversa foi sobre os desafios da maternidade e a violência obstétrica para as gestantes. Eu não consegui encontrar dados suficientes, como a estrutura do presídio e o lugar apropriado para grávidas e lactantes. Primeiramente, ao encontrar sobre o projeto “Café com Gestante” eu considerava que poderia ser um programa educativo que acontecia com frequência, mas pelas minhas buscas, ocorre ocasionalmente.

O projeto “A Semana do Bebê” na Unidade Materno Infantil na cidade do Rio de Janeiro, é um evento municipal e que teve muitas edições com o apoio da UNICEF. O evento tem como objetivo promover a conscientização sobre os direitos da primeira infância, através de palestras e atividades lúdicas. O programa visa investir em um futuro melhor para as mulheres privadas de liberdade e seus bebês. Essa instituição prisional tem como propósito oferecer um ambiente humanizado para o aleitamento materno, a unidade não possui celas e as detentas podem andar livremente.

O Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade na cidade de Vespasiano em Minas Gerais é uma unidade prisional exclusivamente para mulheres grávidas e lactantes, a detenta permanece na instituição até o bebê completar um ano de vida e o local tem como um dos objetivos humanizar esse momento único da maternidade dentro do sistema prisional. A unidade prisional com parceria da UFMG oferece o projeto “Lili - Literatura Livre”, um clube do livro para a remição de pena da detenta, o projeto prioriza a literatura de autores mulheres com os encontros realizados todo mês com as detentas e alunos da universidade.

O Centro Prisional Feminino de Cariacica no estado do Espírito Santo oferece alojamentos maternos-infantis com alas reservadas para este público, o local é apropriado para aleitamento materno e para os bebês, também neste ambiente as mães recebem tratamentos

adequados durante o pré-natal. A unidade prisional fornece programas com leitura para a remição de pena, porém não há divulgações com mais detalhes. Esta mesma instituição oferece o projeto “Da Gestação para Vida” que inclui ensaios fotográficos durante a gestação e os primeiros momentos do bebê. Apesar deste projeto não ser voltado para a educação, ele humaniza este período como uma forma de ficar eternizado nestes momentos únicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento visa contribuir para a pesquisa de Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional, oferecendo estudo na investigação da educação de mulheres gestantes e lactantes privadas de liberdade, um grupo que é pouco valorizado nas pesquisas de educação conforme citado anteriormente. Apesar das dificuldades para encontrar informações sobre o que o Estado proporciona no direito à educação para todos, o meu Trabalho de Conclusão de Curso conseguiu obter dados para futuras pesquisas.

Através de Leis e Resoluções foi compreendido que é dever do Estado oferecer educação de qualidade em instituições prisionais, além também de garantir assistência para gestantes e seus bebês com locais apropriados. Os planos estaduais de cada estado do sudeste têm como objetivo geral melhorar a qualidade do acesso à educação nas unidades prisionais. Porém, faço uma crítica ao nome dos planos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro, refletindo se baseando na BNCC, não teria como ser educação para pessoas privadas de liberdade, e sim de pessoas privadas de liberdade, porque não teria como pensar em uma educação exclusiva para este grupo, e sim adaptada.

Durante a minha busca por artigos e autores sobre educação de gestantes e lactantes privadas de liberdade não foi encontrado nenhum resultado exclusivo para este grupo, então precisei ajustar e reformular minhas investigações para mulheres no geral e também faço uma crítica a essa adequação. Os artigos e estudos são sobre mulheres, nenhum autor mencionado neste trabalho discute as questões de raça ou sexualidade na educação das detentas. Para mim, além das gestantes e lactantes, é preciso também ter uma valorização em estudos de educação de mulheres negras e LGBTQIAP+ em unidades prisionais.

Apesar da maioria das instituições prisionais femininas nos estados do sudeste oferecer a EJA, não encontrei nenhum resultado do SAEB nos últimos anos em nenhuma escola responsável pela sala de aula das unidades prisionais. Eu acredito que se houvesse esses resultados seria importante para avaliar a oferta de educação de qualidade para os alunos

privados de liberdade conforme estabelecido pelos planos estaduais de educação no sistema prisional.

Eu questiono como os sites oficiais do Tribunal da Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de cada estado do sudeste do Brasil não contém ou divulgam as informações sobre a oferta de educação em instituições prisionais. Se a educação é um direito para todo cidadão, por que os estados não divulgam como a educação é ofertada e os resultados para a ressocialização da pessoa privada de liberdade?

Os projetos educativos oferecidos às gestantes e lactantes nas unidades prisionais femininas são bons, porém apenas em Minas Gerais e no Espírito Santo a leitura é valorizada e rompe com programas apenas sobre maternidade. É preciso valorizar este momento único e humanizar cada vez mais as instituições prisionais para ser um local seguro para o vínculo mãe-bebê. Porém, é fundamental haver projetos além da maternidade para essas detentas, como clubes de livro e projetos pedagógicos essenciais para a projeção de vida das detentas após o retorno da liberdade.

Como conclusões da minha pesquisa, eu acredito que haja uma invisibilidade à este grupo marginalizado de mulheres que é punido através da privação de liberdade, não respeitando a maternidade por causa do machismo. Portanto, tendo um julgamento social que está internalizado, recriando assim o título da obra de Michel Foucault, antes mesmo de agir é preciso vigiar e punir.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. S.; SANTOS, V. M.; FERNANDES, P. C. M.; NORONHA, N. S.; et al. Gestantes, lactantes e puérperas privadas de liberdade: rotina de sobrevivência no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade em Vespasiano-MG. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.l.], v. 76, 2023.

ALVES, Alison Lucas Montoani; ALFREDO, Carlos Augusto de Melo; ALEIXO, Letícia Ramos. O sistema prisional brasileiro e a ressocialização do preso. *Revista Foco*, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 1–14, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Resolução nº 3, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 mar. 2009.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1988. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1988.

BRASIL. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mulheres presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 maio 2009.

CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157–178, maio/ago. 2010.

EMICIDA; BARBOSA, Drik. *9vinha*. Intérpretes: Emicida; Drik Barbosa. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Justiça; Secretaria de Estado da Educação. *Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade do Espírito Santo*. Vitória: SEJUS; SEDU, 2025.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IRELAND, Timothy Denis; DE LUCENA, Helen Halinne Rodrigues. Educação e trabalho em um centro de reeducação feminina: um estudo de caso. *Cadernos CEDES*, São Paulo, v. 36, n. 98, p. 61–78, abr. 2016.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação; Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. *Plano Estadual de Educação em Prisões para Indivíduos Privados de Liberdade do Estado de Minas Gerais: 2025–2028*. Belo Horizonte, 2024.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51–69, jan./mar. 2013.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239–255, jan./abr. 2015.

PICCININI, Cesar Augusto; GOMES, Aline Grill; DE NARDI, Tatiana; LOPES, Rita Sobreira. Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63–72, jan./mar. 2008.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões brasileiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação; Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. *Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro: 2025–2028*. Rio de Janeiro, 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação; Secretaria da Administração Penitenciária. Resolução Conjunta SAP-SEDUC nº 130, de 8 de janeiro de 2025. Aprova o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade do Sistema Prisional, relativo ao quadriênio 2025–2028. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 jan. 2025.

SOUZA, Maria Celeste Fernandes; NONATO, Eunice Maria Nazareth; BICALHO, Maria Gabriela Parenti. Lógicas de exclusão/inclusão dos processos educativos no contexto prisional feminino. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 45–61, jan. 2017.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; NONATO, Eunice Maria Nazareth; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Cenários da educação de mulheres jovens e adultas em situação de privação de liberdade no contexto brasileiro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 811–832, jul./set. 2020.